

	MEDIDA EMERGENCIAL	INSTRUMENTO NORMATIVO
População mais vulnerável	Antecipação da primeira parcela do 13º de aposentados e pensionistas do INSS para abril .	
	Antecipação da segunda parcela do 13º de aposentados e pensionistas do INSS para maio .	
	Valores não sacados do Pis/Pasep serão transferidos para o FGTS para permitir novos saques.	
	Antecipação do Abono Salarial para junho.	
	Reforço ao programa Bolsa Família: suspensão de bloqueios e averiguação cadastral para inclusão de mais de 1 milhão de pessoas no programa.	Casa Civil - Presidência de República Portaria nº 335, de 20 de março de 2020
	Redução do teto de juros do consignado , aumento da margem e do prazo de pagamento.	
	Adiamento por 120 dias dos procedimentos de bloqueio e suspensão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) .	Ministério da Cidadania Portaria nº 330, de 18 de março de 2020
Manutenção de empregos	Adiamento do prazo de pagamento do FGTS por 3 meses.	
	Prorrogação de prazo para pagamento de tributos federais do SIMPLES .	Secretaria Especial da Fazenda - ME Resolução nº 152, de 18 de março de 2020
	Linha de Crédito Proger Urbano Capital de Giro / FAT para Micro e Pequenas Empresas .	Conselho Deliberativo do FAT – ME Resolução nº 850, de 18 de março de 2020
	Redução de 50% nas contribuições do Sistema S por 3 meses.	
	Simplificação das exigências para contratação de crédito e dispensa de documentação (CND) para renegociação de crédito.	Banco Central Resolução nº 4782, de 16 de março de 2020
	Facilitar o desembaraço de insumos e matérias primas industriais importadas antes do desembarque .	

	MEDIDA EMERGENCIAL	INSTRUMENTO NORMATIVO
Combate a pandemia	Orçamento extra para aquisição de equipamentos e insumos hospitalares .	MP 924, de 13 de março de 2020 – crédito extraordinário no valor de R\$ 5 bilhões
	Destinação do saldo do fundo do DPVAT para o SUS.	
	Redução a zero das alíquotas do Imposto de Importação para produtos de uso médico-hospitalar (<i>até setembro de 2020</i>).	Câmara de Comércio Exterior – ME Resolução nº 17, de 17 de março de 2020
	Desoneração temporária de IPI sobre bens importados que sejam necessários ao combate do Covid-19.	Presidência da República Decreto nº 10.285, de 20 de março de 2020
	Desoneração temporária de IPI sobre bens produzidos internamente que sejam necessários ao combate do Covid-19.	Presidência da República Decreto nº 10.285, de 20 de março de 2020
	Suspender a prova de vida dos beneficiários do INSS por 120 dias.	INSS Portaria nº 373, de 16 de março de 2020
	Preferência tarifária de produtos de uso médico-hospitalar.	
	Priorizar desembaraço aduaneiro de produtos de uso médico-hospitalar.	Receita Federal Instrução Normativa nº 1.927, de 17 de março de 2020
Controle de exportação para evitar o desabastecimento de produtos de combate COVID-19.	SECEX Portaria nº 16, de 18 de março de 2020	

	MEDIDA EMERGENCIAL	INSTRUMENTO NORMATIVO
Outras medidas adotadas	Fechamento das fronteiras com a Venezuela.	Casa Civil - Presidência de República Portaria nº 120, de 17 de março de 2020
	Fechamento das fronteiras por 15 dias com Argentina, Bolívia, Colômbia, Guiana, Guiana Francesa, Paraguai, Peru e Suriname.	Casa Civil - Presidência de República Portaria nº 125, de 19 de março de 2020
	Restrição por 30 dias da entrada no Brasil, por via aérea, de estrangeiros provenientes da China, União Europeia, Islândia, Noruega, Suíça, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Comunidade da Austrália, Japão, Malásia e Coreia.	Casa Civil - Presidência de República Portaria nº 126, de 19 de março de 2020
	Reconhecimento de estado de calamidade pública com efeitos até de 31 de dezembro de 2020.	Presidência de República Mensagem ao Congresso nº 93, de 18 de março de 2020
	Suspensão, prorrogação e adiamento de atos de cobrança da dívida ativa da União.	Ministério da Economia Portaria nº 103, de 17 de março de 2020
	Condições para transação extraordinária na cobrança da dívida ativa da União.	PGFN Portarias nº 7.820 e 7.821, de 18 de março de 2020
	Garantir o exercício e o funcionamento de serviços públicos e atividades essenciais.	MP 926, de 20 de março de 2020 – procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos da emergência de saúde pública.
	Definição dos serviços públicos e das atividades essenciais.	Presidência da República Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020